

O desafio de reestruturar a moradia para famílias que vivem em áreas de risco

Matéria publicação no jornal impresso do Diário de Petrópolis no dia 14 de março de 2022.

O desafio de reestruturar a moradia para famílias que vivem em áreas de risco

Levantamento do IBGE mostra que 72 mil pessoas vivem em áreas de risco em Petrópolis. Município tem 234 áreas de risco alto e muito alto - 18% do território da cidade

Participou de 2.254 atrações de risco alto e muito alto - taxa que ultrapassou as expectativas.



Foto: Fernando Frazão

O temporal que atingiu a cidade no dia 15 de fevereiro, deixando 233 mortos, quatro desaparecidos e quase 7 mil famílias desabrigadas ou desalojadas trouxe à tona, desse dia, o apetite em diferentes estudos conhecidos pelo público: a necessidade de se pensar a questão da vulnerabilidade social e ambiental das famílias que vivem nas áreas de risco. Um levantamento feito pela IBGE em 2010 aponta que 17,5% das famílias vivem em Petrópolis estão em zonas de risco, e 70,7% dessas pessoas vivem em moradias que não estão seguras. Também são expressivos os números que fazem parte do Plano Huiaká: residência de Rito de Petrópolis: 234 de áreas de risco e muito alto, o que corresponde a 18% do território do município. Nesta área vivem cerca de 47 mil pessoas.

O mapeamento das áreas de risco feito por uma empresa contada pela prefeitura teve a primeira etapa concluída há 15 anos. Em 2007, o desapropriação de áreas de risco e riscos inexistentes no primeiro distrito só é apta a ocorrer entre as estradas cíticas, localidades

iminentes existentes no primeiro distrito e já apontava entre as áreas críticas, localizadas adensadas nas quais vidas foram perdidas no último dia 15. Entre estas locais está o Hotel Oficina, onde pelo menos 93 pessoas morreram. Em 2017 o levantamento foi ampliado e consolidou também todos os demais distritos. Com isso, desde maio de 2017 o município tem um mapeamento dos cinco distritos (Centro, Cascatinha, Itapava, Pedro do Rio e Poá) apontando onde famílias convivem com os riscos de deslizamentos, encravamentos, desabamentos, inundações, entre outras consequências de desastres naturais.

"Os dados de Petróleobras são estatísticas na demonstração de risco para moradia e para o investimento. Acho que é importante que o governo federal faça um estudo mais a fundo para entender melhor a situação das construtoras. E possivelmente mais investimento em infraestrutura? Temos coro técnico que possa aliviar risco? Outra é a perspectiva de petróleo-petróleo. O que resta é área de risco. O restante produzido por proteção ambiental é de menor risco. O que é que pode ser feito? Grandes empresas, da mesma forma que os grandes fundos de investimentos, têm no orçamento de despesa de 2012 recursos no manguar voltados para habitação. Sempre dependemos do projeto do governo federal ou estadual, que nem sempre respeitam as características populacionais, não só construídos de maneira a garantir o acesso ao consumo e qualidade de vida, mas também às tecnologias sociais, restando a pessoas de comunidade rica, rotina, haverá, para a coordenação executiva do CDD, C. Carvalho.

O engenheiro do CREA, Luis Camelo destaca a importância do ordenamento e o planejamento urbano para poder priorizar a melhoria das condições de vida das pessoas. "Pequenos investimentos podem trazer resultados imensuráveis para as famílias das áreas de risco. A cidade tem uma perspectiva mais pacífica e, por isso, embora as construções é necessário avançar o terreno. Se ele estiver em área de declive, é preciso a contenção e esta obra de contenção deve ser bem feita. Se a construção estiver em área plana, é preciso pensar na drenagem da água", explica. O projeto precisa estabelecer como deve ser a estrutura da área e, possivelmente, que tipo de casas devem ser construídas para habitações populares, ou poderá precisar dar especial atenção à infraestrutura de serviços.

"É preciso que haja todo um planejamento de infraestrutura, que se pense em escola, atendimento de saúde, que a parte social também seja considerada, pois, sem isso, as pessoas acabam voltando a morar nas áreas de risco. É preciso que haja facilidade no deslocamento, para que as pessoas tenham transporte para ir trabalhar, por exemplo. Não apenas construir moradias em locais seguros e colocar as pessoas lá. A infraestrutura é fundamental para que elas permaneçam nestes locais", pontua o engenheiro Luís Carmo.

Terrenos esperam construção de moradias populares há 11 anos

Ao passo que os estudos apontam necessidade de urgência para a realização de moradias que vivem em áreas de risco, projetos para a construção de moradias populares não avançaram na região. Há 11 anos, três áreas formam desapropriadas com este objetivo: um terreno no bairro Morela, um na região de Itapuã/Benfica e um no Vale do Cuiabá. Em 2013, uma outra área foi desapropriada, sob a pena de prefeitura, na localidade conhecida como Calitá. Somadas, as unidades previstas para cada um destes terrenos são 1.028 moradias que abrigariam 5.816 pessoas, mas, não saíram do papel. Questionada, a prefeitura afirma que os terrenos estão só à disposição da Prefeitura.

A Secretaria de Infraestrutura e Obras do Estado informou que desde 2011 foram construídos nos Petrópolis 970 unidades habitacionais para vítimas das chuvas, 747 apartamentos no Vilaense, Ribeirão, 114 no distrito de Poá e 50 imóveis no Vale do Guaiuba. Em relação aos terrenos desapropriados após a tragédia, em 2011, a Secretaria de Estado informou que os projetos para construções estão sendo revisados. As novas formas de habitação devem ser iniciadas no final de 2012. Os 150 imóveis que não podem ser construídos em terrenos que pertencem a pessoas que vivem de trinta Cachoeira Paulista, Vila Verde, Condeúba e descontínuo da sua propriedade, o Estado já está fazendo a transferência para a propriedade particular.

Em relação aos ferrovias da Infraestrutura e Obras do Estado, informou que os ferrovias fazem parte da pasta de obras e arca com exceções um total de 1.028 unidades habilitadas em quatro cidades. O decreto denominated "Caiuá" foi assinado pelo Prefeito de Petrópolis em 2013 por R\$ 2,2 milhões. Tendo denunciado o Estado, o chamamento público para a realização de licitação para a concessão das estradas de ferro e a construção de 1.028 unidades habitacionais. Na ocasião passou a prefeitura informação que a Caiuá no Litoral Sul se rendeu novamente ao Estado para a construção de moradias. Uma nova edital deve ser feita no local, em função de questões ambientais.

unidades habitacionais. Os chamamentos foram feitos. O Estado informou ainda que em 2013, o prefeito Rubens Bomtempo - atual prefeito - solicitou a cessão dos terrenos que o município construiu as unidades habitacionais. O Estado retomou os em 2018, ou seja, deu novos chamamentos. Entretanto, devido aos distritos e descontentamento do programa Rinha Casa /Rinha Vida (MIC-IV) estas unidades não foram contratadas", diz o Estado em nota.

O que diz a Prefeitura:
A Prefeitura de Petrópolis informa que entre os anos de 2001 e 2008 foram quase 600 unidades habitacionais entregues no Costelão São Manoel (em Corrêas), Rua Ceará (Quitandinha), Carangola e Pedras Brancas.

Após a tragédia de 2011, o governo do Estado anunciou a construção de 720 unidades habitacionais no Cretiú (Corrêas), 120 no Benfica (Itaipava), 40 no Cuiabá (Itaipava) e 14 na Mossela. Desse total, apenas 50 casas foram construídas até o momento em um terreno doado pela iniciativa privada.

Os terrenos da Mossela, Benfica (Itaipava) e Vale do Cuiabá são de responsabilidade do Governo do Estado, e os desapropriaram.

Com relação ao terreno do Caíruá, em Corrêas, a Prefeitura informa que em 2014 fez o primeiro chamamento público para a contratação da empresa que faria a construção das casas. O chamamento aconteceu e a empresa chegou a ser contratada. No entanto, o Ministério do Desenvolvimento Regional (lá época chamado de Ministério das Cidades),

Ministério do Desenvolvimento Regional (à época chamado de Ministério das Cidades), responsável pela verba para a construção das casas, não deu andamento ao processo.

Ainda segundo a prefeitura, o déficit habitacional e a ocupação de áreas de risco, algumas habitações desde os anos 1950/1960, são problemas crônicos e históricos em Petrópolis. A prefeitura informa que neste momento, se concentra no desassentramento das desabrigadas na desobstrução de vias e limpeza dos locais afetados e no acompanhamento das buscas

na desestruturação de Vias e Impedir os locais de acidentes e no acompanhamento das buscas pelos desparecidos, impedido pelo Corpo de Bombeiros.

"Nós sabemos que o problema da grande desigualdade social que existe no Brasil impede que as pessoas possam ascender e melhorar de vida. Isto é uma realidade. Cabe aí uma macro política econômica para revertê-lo tudo isso. As pessoas vão morar em áreas de risco porque elas querem, é simplesmente porque, historicamente, o povo mora ali porque não teve a mesma oportunidade daqueles que fizeram o povo de forma", pontua.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário de Petrópolis/RJ